Brasília, 05 de outubro de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Sábado, 03 de outubro de 2026 | Propriedade Intelectual
Capital privado está remodelando a produção de filmes em Hollywood 3

Jota Info

Domingo, 04 de outubro de 2026 | Marco regulatório | INPI
Diretrizes chinesas sobre IA: como avançar inovação sem comprometer segurança 6

Capital privado está remodelando a produção de filmes em Hollywood



Investidores privados estão financiando filmes independentes à medida que muda a composição das fontes de recursos em Hollywood.

No Festival Internacional de Cinema de Toronto, no mês passado, o público viu Cynthia Erivo , estrela de "Wicked", retornar às telonas com seu novo filme, "Prima Facie".

Nos bastidores, porém, havia uma diferença importante.

Enquanto "Wicked" foi uma enorme produção da Universal, o novo filme de Erivo foi produzido, em parte, pela Camelback Productions , uma iniciativa menor de Hollywood que busca financiar filmes independentes, segundo a CEO Anita Verma-Lallian.

Ela é uma entre muitos investidores privados que estão apostando alto em Hollywood em um momento de transformação no mercado cinematográfico e em que alguns filmes independentes conseguem grande repercussão.

Leia também: Acordo com a Paramount pode mudar Hollywood; entenda o que está em jogo

"É um ponto de vista diferente para investir nesses projetos", disse Verma-Lallian. "Tem sido muito difícil para pessoas que não são de Hollywood entrarem na indústria ( ) Conseguimos financiar histórias que, de outra forma, teriam dificuldade para receber sinal verde no sistema tradicional dos estúdios ."

A Camelback também produziu os filmes "Doin' It" e "Runner", com estrelas como Lilly Singh e Owen Wilson.

Grandes produções, como "The Odyssey" e "The Devil Wears Prada 2", deste ano, continuam sob domínio dos tradicionais estúdios de Hollywood.

Mas, com a redução do número de lançamentos anuais e a perspectiva de consolidação entre grandes empresas, como Paramount e Warner Bros. Discovery, surgem mais oportunidades para produtoras menores alcançarem grande sucesso.

Leia também: Hollywood ganha nova aposta no Congresso com projeto de crédito fiscal para cinema e TV

Embora produzir filmes continue sendo, de maneira geral, uma atividade que exige muito capital, sucessos recentes como "Backrooms" e "Obsession" conseguiram bons resultados com orçamentos menores .

Para encontrar esse equilíbrio, o capital privado está investindo em produtoras, adquirindo infraestrutura e aprofundando sua participação na estrutura de financiamento do entretenimento. A empresa de private equity Silver Lake, por exemplo, investe na agência de talentos WME, enquanto a Blackstone está por trás do estúdio de conteúdo Candle Media.

Segundo o relatório de previsões para 2026 da consultoria AlixPartners sobre o setor de mídia e entretenimento, os investidores de private equity estão crescendo de forma precisa no mercado de mídia, especialmente à medida que estúdios e agregadores de audiência se tornam cada vez mais verticalmente integrados.

Leia também: Califórnia corrige irregularidade em crédito de US$ 750 milhões para Hollywood

Embora o custo de entrada tenha aumentado, investidores privados estão interessados em controlar **propriedade intelectual** e audiências , segundo o relatório.

"O private equity pode construir negócios escaláveis e defensáveis que lucram independentemente de qual grande empresa de mídia detenha o próximo blockbuster, garantindo efetivamente um papel central na futura cadeia de valor da mídia",

afirmou o relatório.

E enquanto empresas com grande poder financeiro, como Netflix e Amazon, continuam elevando o patamar dos gastos com conteúdo para produzir ou adquirir novas obras, os estúdios tradicionais buscam novas maneiras de acompanhar esse ritmo.

Leia também: O que a Paramount prometeu a Hollywood para obter os direitos de exibição da WBD

Uma oportunidade atraente de investimento

Para Verma-Lallian, investir em filmes independentes significa conseguir concluir produções em um prazo muito mais curto do que os estúdios tradicionais.

"Muitas vezes, se você seguir o sistema tradicional de Hollywood, pode literalmente levar de cinco a dez anos desde a concepção ", disse. "Já quando você faz isso de forma independente, produzimos alguns filmes em apenas um ano."

Isso pode significar custos de produção menores e retorno mais rápido sobre o investimento .

Verma-Lallian, cuja trajetória profissional está ligada a investimentos imobiliários, disse que Hollywood se mostrou um mercado bastante atraente para ela e outros investidores privados fora do perfil tradicional que buscam diversificar seus portfólios.

Leia também: Tech Check: IA eleva padrão das produções brasileiras e aproxima setor de Hollywood, diz Paulo Barcellos, da CEO da O2 Filmes

Segundo ela, esses investidores também estão aproveitando uma oportunidade em um momento no qual os modelos de financiamento existentes estão enfraquecendo.

Siga o Times | CNBC no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo.

Siga o Times | CNBC

"Acho que as fontes tradicionais [de financiamento] estão começando a diminuir e estão se tornando muito mais avessas ao risco", disse. "Também acredito que agora, com mais filmes independentes sendo financiados e recorrendo a diferentes fontes de capital, é possível fazer mais."

Embora Verma-Lallian não acredite que o capital privado vá se tornar a principal fonte de financiamento de Hollywood, ela disse que a agilidade dos investidores pode potencialmente pressionar os participantes tradicionais do mercado .

"Hollywood é incrivelmente tradicional e muito antiquada na maneira como opera, o que sempre considero muito irônico, porque ( ) Hollywood é tão progressista, mas a maneira como os sistemas dos estúdios funcionam é simplesmente um processo muito ultrapassado, pela minha experiência", afirmou.

Leia também: Hollywood aposta na Geração Z para recuperar as bilheterias e alcançar US$ 10 bilhões; entenda

Ainda assim, estúdios e investidores privados disputam novas histórias para levar às telonas. Para os investidores, isso significa aproveitar a **propriedade intelectual** que ainda não foi utilizada, segundo Alex Michael, diretor-gerente sênior da empresa de investimentos LionTree.

"O que está claro para mim é que a **propriedade intelectual** nunca foi tão valiosa. E nunca foi tão difícil encontrá-la ", disse Michael no Financial Times' Business of Entertainment Summit, no mês passado. "Mas, se você tiver uma excelente**propriedade intelectual**, poderá monetizá-la de maneiras que ninguém poderia imaginar dez anos atrás."

A LionTree é uma empresa independente de serviços bancários, com investimentos em companhias como Fanatics e Fubo e atuação como assessora em negócios de grande repercussão, como a aquisição da MGM pela Amazon e a fusão entre CBS e Viacom. Também está investindo na Paramount, dependendo da conclusão do acordo da empresa com a Warner Bros. Discovery.

Leia também: Hollywood volta ao patamar das bilheterias bilionárias e 'Homem-Aranha' acaba de entrar para a lista

Michael acrescentou que a indústria do entretenimento como um todo está se tornando mais diversificada, com a entrada de empresas de varejo como Gap e de marcas como Barbie, da Mattel, que também ajudam a sustentar a economia do setor.

A nova onda de filmes

Com a entrada do capital privado, Hollywood enfrenta não apenas uma mudança econômica, mas também uma transformação cultural nos tipos de filmes produzidos .

Investidores privados costumam contar histórias mais diversas, assumir mais riscos e tentar alcançar um público ávido por conteúdo, segundo Lata Krishnan, investidora de tecnologia que está entrando no mercado de Hollywood.

"Os grandes estúdios costumam ser organizações tradicionais focadas em determinado tipo de filme, e acho que o capital privado tem agora a capacidade ( ) de investir em filmes que não são tradicionais e que dão voz às histórias de uma maneira diferente ", disse ela à CNBC.

Leia também: Meta x Hollywood: novo recurso de I.A coloca privacidade de artistas em discussão; veja

O resultado, segundo Krishnan, é que o público passa a ter contato com histórias que não havia visto antes.

Isso também significa que a próxima geração de filmes precisa acompanhar os novos espectadores, cada vez mais atraídos por conteúdos diversos com os quais possam se identificar. Parte dessa mudança está na ascensão dos conteúdos de curta duração e produzidos por criadores , que podem chegar às telonas - como ocorreu com "Obsession", do YouTuber Curry Barker - na tentativa de levar a Geração Z aos cinemas.

Essa dinâmica também coloca novas pessoas no comando das decisões.

"É o meu capital. Não preciso prestar contas a ninguém ", disse Krishnan. "Então exploramos um tema, uma história, os atores e a equipe de produção e podemos tomar decisões rapidamente."

Investidores privados têm flexibilidade e velocidade para acompanhar tendências rapidamente e preencher primeiro uma lacuna do mercado, segundo Elan Gale, produtor e investidor de Hollywood. Ele é cofundador da QWGmire, empresa independente de financiamento cinematográfico.

Leia também: Bilheterias de Hollywood atingem melhor resultado desde 2019; veja o motivo

Gale, que também trabalhou na produção de programas como "The Bachelor", disse que o público está "ansioso" para voltar aos cinemas em busca de algo novo e original .

"Acho que a principal vantagem para os cineastas é que os investidores de private equity têm menos probabilidade de entrar nos mínimos detalhes do processo criativo e permitem parte da experimentação e da liberdade que os estúdios talvez não consigam oferecer aos cineastas, porque são empresas significativamente maiores, com processos de desenvolvimento muito mais restritivos", disse Gale.

"Acho que Hollywood está se remodelando em torno do capital privado, das marcas e dos criadores de conteúdo de maneiras realmente significativas", acrescentou. "Muitos dos sucessos que as pessoas viram recentemente são difíceis demais de ignorar."

Diretrizes chinesas sobre IA: como avançar inovação sem comprometer segurança



O que as novas regras judiciais da China sobre inteligência artificial podem ensinar ao Brasil

No dia 7 de setembro de 2026, o Supremo Tribunal Popular da China publicou orientações para o julgamento de controvérsias envolvendo IA e respondeu perguntas dos jornalistas.

O documento reúne 24 itens organizados em cinco partes conduzidas por três princípios: centralidade da pessoa humana, apoio à inovação e preservação da segurança - abordagem que também merece atenção no Brasil.

Responsabilidade civil: tecnologia não substitui a análise da conduta

O documento rejeita uma resposta única para a responsabilidade civil: fora das hipóteses de culpa presumida ou sem culpa, aplica-se o regime de culpa, apurada pelo contexto de uso, pela autonomia, pela transparência técnica e pela capacidade de prever e controlar o dano (item 3), e responsabiliza-se tanto o prestador que não interrompe conteúdo lesivo notificado quanto o usuário que induz o sistema a produzir conteúdo ilícito (item 7).

No Brasil, o Código Civil convive com a responsabilidade objetiva nas hipóteses legais e de risco, e os arts. 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) disciplinam defeitos de produtos e serviços - a diligência não afasta, por si só, essa responsabilidade objetiva. Já nos Temas 987 e 533, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade parcial do art. 19 do Marco Civil da Internet e fixou parâmetros para esse contexto distinto.

É preciso, porém, não equiparar automaticamente a IA generativa a uma plataforma que hospeda conteúdo de terceiros: aplicar o precedente exige examinar a função exercida pelo fornecedor - quem fez o quê, com qual capacidade de prevenção e controle?

Treinamento de modelos: dados públicos não são dados sem proteção

Pelo item 6, processar informações pessoais licitamente divulgadas para treinamento, dentro de limites razoáveis, em regra não viola direitos - ressalvado o impacto significativo, quando o consentimento é exigido; a razoabilidade depende da finalidade, da necessidade e da sensibilidade dos dados.

Essa lógica encontra, no Brasil, um ponto de contato na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ainda que sem identidade: o art. 7º, § 3º, manda considerar finalidade, boa-fé e interesse público da disponibilização, e o § 4º dispensa consentimento para dados manifestamente públicos, sem dispensar as demais obrigações - dados de acesso público e dados manifestamente públicos não são a mesma categoria.

Essas condições ganham contorno concreto no caso Meta: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) suspendeu a medida preventiva de 2024 e aprovou plano de conformidade condicionado a obrigações - entre elas, comunicação aos titulares e facilitação da oposição, sem encerrar a fiscalização: autorização vinculada a salvaguardas, não irrestrita.

Essa flexibilidade quanto a dados pessoais, porém, não autoriza usar obras protegidas: proteção de dados e direito autoral respondem a perguntas distintas. Aqui, o treinamento com obras se examina pela Lei 9.610/1998 e pelas limitações legais - estar na internet não resolve a análise, e a LGPD não afasta direitos autorais - tensão que ecoou na coletiva de imprensa que acompanhou a publicação do documento chinês.

Na coletiva de imprensa que acompanhou a publicação, o STP comparou sua posição à dos EUA, onde o Departamento de Justiça defendeu, no caso

Continuação: Diretrizes chinesas sobre IA: como avançar inovação sem comprometer segurança

New York Times v. OpenAI, que treinar modelos com obras protegidas é ***fair use transformador*** - duas potências de IA flexibilizando os limites do

uso justo, por ângulos distintos.

Propriedade intelectual: contribuição humana e solução técnica continuam centrais

Em **propriedade intelectual**, o documento chinês trata patentes, direitos autorais e segredos comerciais relacionados à IA. Em todos os casos, a tecnologia não dispensa a análise da contribuição humana e da licitude da conduta.

Pela primeira vez, a China esclarece as regras que regem o conteúdo patenteável das invenções assistidas por IA, alinhando-se com a prática internacional. Destarte, as Opiniões estipulam que uma pessoa física será reconhecida como inventora (item 14). Contudo, não basta indicar quem operou o sistema: é preciso documentar a contribuição humana - exigência que, no Brasil, já apareceu no caso DABUS.

No Parecer 00024/2022, a Procuradoria Federal Especializada junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (**INPI**) concluiu pela impossibilidade de nomear uma IA como inventora em pedido de patente - manifestação administrativa que converge com a centralidade da contribuição humana adotada na China, tema aprofundado pela Consulta Pública 3/2025 do **INPI** sobre diretrizes de exame de patentes relacionadas à IA.

Quanto à suficiência descritiva, o parâmetro é conhecido: a descrição deve permitir que o técnico no assunto implemente a invenção - sem aceitar referências genéricas à IA nem exigir sempre código-fonte e bases de treinamento integrais.

O documento chinês trata ainda, com contornos próprios, dos direitos autorais e do código aberto: o item 12 considera o tipo de serviço e a origem dos dados de treinamento, sem decidir se o conteúdo gerado é protegido; o item 13 afasta a responsabilidade de quem disponibiliza código aberto para pesquisa e divulga os riscos - a expressão***open source***, por si só, não gera imunidade. Protege-se ainda dados, compilações e segredos comerciais.

Outros temas relevantes: atuação da advocacia e provas

O documento chinês também disciplina, de forma conjunta, os deveres de verificação do advogado no uso de IA em peças processuais e as regras sobre preservação e valoração da prova produzida com apoio da tecnologia.

O item 19 exige que os participantes verifiquem a autenticidade de leis, interpretações e precedentes em materiais produzidos com auxílio de IA e informem ao tribunal a utilização dessa assistência.

Prevê também medidas contra falsificação de provas e litígios fraudulentos, com consequências criminais.

Erro de ferramenta não é fraude automática: o documento diferencia deveres de verificação de condutas de fabricação ou manipulação de evidências, cautela que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também exige no Brasil - a recomendação divulgada pelo Conselho Federal da OAB de 2024 já enfatiza supervisão humana e cuidado na pesquisa, ainda que não equivalha à exigência chinesa de informar o tribunal.

O item 17 prevê preservação de provas técnicas e auxílio judicial na obtenção de elementos inacessíveis. Em disputas autorais, o item 12 exige que o desenvolvedor que alega não infração apresente origem dos dados e registros de treinamento, mantido o dever do titular de provar a infração - sem inversão automática do ônus.

O item 18 avalia o conteúdo gerado pelos comandos usados e pela semelhança com a obra invocada, verificando em blockchain a autenticidade antes da inserção - comando direcionado não torna o teste ilegítimo, mas exige revelar como o resultado foi produzido. No Brasil, o Código de Processo Civil (CPC) já tem instrumentos correspondentes: ônus dinâmico da prova (art. 373, § 1º), exibição de documentos (arts. 396 a 404) e laudo técnico (art. 473), aplicáveis aos modelos.

Um ponto de contato jurisprudencial surgiu no HC 1.059.475/SP, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em abril de 2026. Ali, um relatório produzido por investigador com ferramentas de IA generativa foi considerado sem confiabilidade mínima como prova, em contraposição a perícia oficial. A decisão não generaliza, mas reforça a exigência de fundamento técnico verificável.

Diante desses casos, a distinção conceitual é decisiva: uma resposta de IA apresentada como prova de que determinado fato externo aconteceu difere da resposta cujo próprio conteúdo é o fato controvertido, como uma imagem infratora gerada pelo servi-

Continuação: Diretrizes chinesas sobre IA: como avançar inovação sem comprometer segurança

ço.

Uma agenda para o Brasil

Além de disciplinar a responsabilidade, o documento também aposta na prevenção. Para o Brasil, o aprendizado está em distinguir: treinamento não é geração de conteúdo, contribuição inventiva não é operação de ferramenta, transparência não é exposição indiscriminada e proteção efetiva não é proibição ampla. A IA muda a complexidade dos casos; não dispensa método.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI 4,5,6
Propriedade Industrial 4,5,6
Propriedade Intelectual 1,2,3,4,5,6